

O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política

The Social Service Internationalization Process: challenges and political direction

Maria Carmelita Yazbek* 

RESUMO

Este ensaio crítico problematiza a internacionalização do Serviço Social brasileiro, entendendo-a como resultante do intercâmbio entre Programas de Pós-graduação, grupos de pesquisa e cursos de Serviço Social de países distintos, cujo objetivo é a produção de conhecimentos e a ampliação e qualificação do debate acadêmico e da pesquisa. Em sentido mais amplo, é fundamental situar a internacionalização como um processo político, pleno de contradições e disputas, resultantes do intercâmbio, no âmbito de uma “economia global do conhecimento”, processo com tendências globalizantes e imperialistas. Para uma análise desse processo no Brasil, devemos situar a profissão como área de produção de conhecimentos, que vem sendo construídos sobre seu processamento como especialização do trabalho coletivo, sobre as condições de vida da população com a qual trabalha e suas lutas coletivas, especialmente sobre a realidade social, econômica, política e cultural com a qual o Serviço Social estabelece interlocução.

Palavras chave: Internacionalização; Serviço Social; Produção de Conhecimento; Direção Política.

ABSTRACT

This critical essay discusses the internationalization of Brazilian Social Work, understanding it as a result of the exchange between Postgraduate Programs, research groups and Social Work courses from different countries, whose objective is the production of knowledge and the expansion and qualification of academic debate and research. In a broader sense, it is essential to situate internationalization as a political process, full of contradictions and disputes, resulting from the exchange, within the scope of a “global knowledge economy”, a process with globalizing and imperialist tendencies. To analyze this process in Brazil, we must situate the profession as an area of production of knowledge, which has been constructed on its processing as a specialization of collective work, on the living conditions of the population with which it works and their collective struggles and especially on the social, economic, political and cultural reality with which Social Work establishes dialogue.

Keywords: Internationalization; Social Work; Production of Knowledge; Political Direction.

Introdução

Começo afirmando uma concepção Política do processo de Internacionalização, que hoje, entre outros aspectos, ocupa uma dimensão central na avaliação da Pós-Graduação brasileira. Para Oliveira (2007, p.16):

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89039>

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP – Brasil.
E-mail: mcyaz@uol.com.br.

Como citar: YAZBECK, M., C. O Processo de Internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 31-40 jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89039>.

Recebido em 14 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 08 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda, não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. [...] É nesse intercâmbio que se estrutura o jogo da política [...] e de sua permanente reinvenção. [...] Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia...

Melhor explicitando: a internacionalização é um processo de múltiplas dimensões, entre as quais destaco seu caráter político, pleno de contradições e disputas no âmbito de uma economia global do conhecimento, processo globalizante e imperialista, que traz consigo a “mercantilização e monopolização do conhecimento e da informação” (Oliveira; Filgueiras, 2020, p. 360), que alcança, guardadas as particularidades, diversas realidades e não é estranho às profundas transformações societárias que vem configurando

uma reestruturação vasta e dramática do capitalismo global, impulsionada pelo capital financeiro e plataformizado, pela reestruturação produtiva e particularmente pela incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs nas relações de trabalho (Yazbek, 2024, n.p.).

Como apontam Garcia e Ferreira (2023) esse debate se complexifica frente à condição periférica de nosso país, no quadro da mundialização econômica que aprofunda as desigualdades de todos os tipos, alinhando-as com o mercado e sua lógica competitiva. Nessa esteira, a educação é incorporada a uma lógica de competições, com centralidade no desempenho dos docentes e discentes medido pelas avaliações. Lembram as autoras que essa é uma dinâmica global que afeta a educação de muitos países, guardadas as especificidades e temporalidades históricas, geográficas, sociais, culturais e econômicas.

Nesse contexto, o conhecimento produzido por países e instituições de ensino superior “que lideram a geoeconomia política do conhecimento corrobora a tese de que a influência cultural, científica e tecnológica possui fortes nexos com as particularidades de suas revoluções burguesas,” (Leher; Santos, 2023, p. 10) e, assim sendo, se expressam em processos assimétricos que caracterizam a economia do conhecimento, da comunicação e da informação em termos globais. E a geoeconomia política coloca em evidência a assimetria nas relações entre as economias centrais e periféricas no uso da ciência, da tecnologia e da pesquisa. Ou seja, são “[...] verdadeiros centros de atração, a partir dos quais o grosso da produção científica e tecnológica vem gravitando” (Leher; Santos, 2023, p. 10). “O mercado do conhecimento se tornou um lócus dos mais privilegiados na acumulação capitalista global” e um dos principais eixos do processo de agravamento das assimetrias de poder.” Assim sendo, “coloca-se crescentemente, para as universidades brasileiras o desafio de “integrar a economia global do conhecimento.” (Garcia; Ferreira, 2023, p. 32).

Reconhecer as dificuldades e disputas presentes nesse contexto, marcado pela lógica mercantil, não implica desconsiderar a relevância de outras dimensões, mais solidárias, que vem sendo observadas no processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, como as diversas formas de engajamento de docentes, discentes e pesquisadores em diferentes universidades e pesquisas, ou os esforços nacionais mais amplos, em ciência e tecnologia na busca de novas parcerias, novas teses, de novos caminhos, de colaborações, interrogações e construção de alianças solidárias, lembrando sempre que nesse movimento, o Serviço Social vem se construindo, como profissão e como área de produção de conhecimentos, num processo coletivo, com uma direção social comprometida ética e politicamente, com valores emancipatórios.

Sabemos que no contexto mundial a profissão conforma-se como

uma unidade de diversos [...] o que desafia e impulsiona a interlocução acadêmica. A trajetória sócio-histórica e cultural do Serviço Social decorre tanto das particularidades históricas nacionais, quanto da reserva de forças acadêmicas e político-profissionais acumuladas nos países, fruto do protagonismo dos sujeitos que a elas se dedicam (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 11).

Nesse contexto, apesar das diversidades da profissão, em termos mundiais, temos, no âmbito do Serviço Social brasileiro, nas duas últimas décadas a ampliação de iniciativas de intercâmbio acadêmico de parte de Programas de Pós-Graduação da área e de seus pesquisadores. São encontros, seminários e outros eventos *internacionais*, publicações em periódicos científicos de distintos países, resultantes de parcerias internacionais em pesquisa e intercâmbios acadêmicos, nos quais vêm sendo possível difundir a produção do Serviço Social brasileiro, criar possibilidades de troca de conhecimentos e a realizar pesquisas conjuntas.

A apresentação do conteúdo deste artigo está organizada em três tópicos. O primeiro aborda o processo histórico de internacionalização do Serviço Social brasileiro, o segundo apresenta algumas referências analíticas para a problematização desse processo e finalmente são apresentadas algumas considerações finais sobre as reflexões apresentadas.

O processo de Internacionalização do Serviço Social brasileiro

Para problematizar o processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, conforme referimos, é preciso localizar a profissão no movimento da História, em seu processo de maturação e interlocução com a realidade do exercício profissional e de sua inserção no mundo acadêmico.

No âmbito acadêmico, a história profissional é marcada inicialmente, pela priorização da produção técnica, conforme expressam as poucas publicações que marcaram os anos de 1940 até 1960, em um contexto de forte influência do Serviço Social positivista,

norte americano, que, através de diversas instituições, vai oferecer em 1941, 17 bolsas de estudo a assistentes sociais da América Latina, sendo quatro brasileiras.

Entre 1965 e 1975 sob os impactos do Movimento de Reconceituação latino-americano amplia-se, em uma conjuntura de transformações societárias, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa. Sem dúvida, o Movimento de Reconceituação, configurou-se como uma forma de internacionalização, abrindo possibilidades de aproximação entre vários países do continente a partir da perspectiva das relações sociais entre classes. Assim, como é possível observar através do trabalho desenvolvido pelo Centro Latino-americano de Trabajo Social – Celats (1974; 1984), foi criada

uma consciência crítica sobre a problemática estrutural e conjuntural da América Latina como continente subdesenvolvido e dependente na divisão internacional do trabalho. E, ao mesmo tempo, atribui ao Serviço Social, funções de natureza investigativa, [...] (Iamamoto; Raichelis; Bravo, 2021, p. 222).

Em 1972, surgem as pós-graduações, com os Programas nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, contexto em que alguns dos primeiros mestres da área de Serviço Social buscaram programas no exterior para ampliar suas titulações, pois somente em 1980 é criado na PUC-SP o primeiro doutorado do país.

Nos anos seguintes, expandem-se os programas de pós-graduação, especialmente nas universidades federais, contexto em que se destacam as décadas de 1980 e 1990 como momento de expansão da pesquisa no Serviço Social, com cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, que procuram superar marcas históricas tecnicistas, de base conservadora, que dificultavam o aprofundamento teórico da relação entre o exercício profissional e realidade social.

É importante destacar que a criação e a expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, vai configurar-se como espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com diferentes áreas do saber e entre diferentes paradigmas.

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais do país e do exterior. Também neste espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, dos processos de trabalho, da realidade institucional e de outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a assistência social colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais (Yazbek, 2009, p. 27)

Convém observar que este acúmulo teórico instala no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo debate que vai favorecer a construção do projeto profissional.

Nesse cenário, a expansão e a qualidade dos processos de Internacionalização, do Serviço Social brasileiro, podem ser abordados como parte desse projeto político, que tem suas bases na interlocução com o Marxismo. Como sabemos é sobretudo com Iamamoto (2011), no início dos anos 1980, que a Teoria Social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. É pois, no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade, inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações (cf. Iamamoto, 1982).

Esse projeto significou uma ruptura com o pensamento conservador que marcou a origem da profissão, sob influência do pensamento social da Igreja e de teorias de cariz positivista e funcionalista, e se construiu à luz do pensamento de autores marxistas, fundamentalmente a partir da Teoria Social de Marx e de suas explicações mais abrangentes e totalizantes acerca da vida social e de seu sentido histórico.

Estamos falando de um amplo processo de renovação que alcançou, entre outras dimensões, o mundo dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, ancorado no pensamento marxiano e na tradição marxista, esse processo se expressou nas instâncias de ensino e pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais e nos espaços organizacionais do mercado de trabalho do assistente social. Contribuiu para esse processo o avanço de sua produção de conhecimentos sobretudo com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no país.

É importante destacar que a criação e a expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 1970, vai configurar-se como espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com diferentes áreas do saber e entre diferentes paradigmas.

Nos anos recentes, conforme o Documento de Área do Serviço Social da Capes (2019),

os Cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada a centralidade que a pesquisa científica neles assume. O conhecimento produzido prioriza temas como a questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais (Capes, 2019, p. 05).

A inserção dessa produção, em âmbito internacional, tem se efetivado em periódicos e livros que expressam a participação em redes e grupos de pesquisa, resultantes de acordos e convênios internacionais, a presença de docentes e discentes em conselhos e comitês editoriais de periódicos, congressos e eventos científicos, tanto coordenando grupos de trabalho como apresentando produção científica.

Ainda conforme documento de Área do Serviço Social da Capes (2019), duas tendências são observadas nesse processo: a) a formação de quadros docentes e de pesquisadores em nível de pós-graduação na África, em países da América Latina e Caribe e em Portugal. b) a ampliação de processos de cooperação e intercâmbio a partir de pesquisas em redes e da participação de pesquisadores em equipes internacionais, especialmente com países da Europa do Sul.

É sempre bom lembrar que foram os brasileiros que implantaram em Portugal e na Argentina os primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social. O marco decisivo e simbólico dessa cooperação foi o primeiro curso de mestrado em Portugal na Área, em fevereiro de 1987, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - ISSSL, sob a responsabilidade e orientação científica da PUC-SP. Uma década depois é criado no mesmo ISSSL, o primeiro doutorado, ainda sob a responsabilidade da PUC-SP. Como resultado dessa forte cooperação tivemos, até 2006, a titulação de 41 mestres e dez doutores no ISSSL e de 13 mestres e três doutores no Instituto de Serviço Social do Porto – ISSSP, outro parceiro no primeiro intercâmbio para formação de mestres e doutores em Portugal.

Com a Argentina, o primeiro acordo na Área do Serviço Social ocorreu em 1996, resultando na criação do primeiro mestrado e do primeiro doutorado em Serviço Social na neste país. A universidade parceira foi a Universidade Nacional de La Plata - UNLP, onde foram titulados inicialmente 17 mestres e 12 doutores em Serviço Social da Escola de Serviço Social.

Com Angola, além de oferecer cursos para a qualificação do ensino de graduação em Serviço Social, o Brasil formou os três primeiros doutores do país e alguns mestres angolanos em Serviço Social, e segue participando do processo de formação de mestres e doutores.

Nesse processo, cresce o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que, por meio de seus Grupos Temáticos e de Pesquisas - GTP's, vem contribuindo para construir redes de articulação nacional e internacional que subsidiem/impulsionem a pós-Graduação e ações no âmbito da internacionalização. Por fim, sem descuidar de iniciativas que fortaleçam e atendam demandas de solidariedade dentro do país, a entidade reconhece a importância do processo de internacionalização da Área, que corresponde a significativo peso da avaliação geral dos programas de pós-graduação no país.

Problematizando o processo de Internacionalização

Ao ampliar sua inserção em processos de Internacionalização, com suas várias modalidades, o Serviço Social brasileiro carrega consigo referenciais, que o sustentam como uma profissão consolidada e madura na sociedade, uma profissão com avanços e acúmulos e que, ao longo das últimas quatro décadas construiu, com ativa participação da categoria profissional, um projeto para o Serviço Social brasileiro, forjado nas lutas dos movimentos sociais e articulado a um projeto societário anticapitalista.

Contribuiu para esse processo, que hoje enfrenta as assimetrias que caracterizam em termos globais, a economia do conhecimento, a definição de uma direção sócio-histórica e ideopolítica para a profissão expressa, entre outras dimensões na qualidade de sua produção de conhecimentos.

Contribuindo nesse processo, apresento sumariamente três dimensões fundamentais para o debate:

a. A relação entre conhecimento e processos socio-históricos — Reitero aqui a posição de que a profissão, seu exercício concreto e o conhecimento que a ilumina, explicam-se no movimento histórico da sociedade, ou seja, a intervenção profissional assim como as tendências teóricas de análise, as pesquisas, explicações e interpretações que o Serviço Social constrói (ou das quais se apropria), acerca de sua intervenção e sobre a realidade na qual se move, derivam dos processos sociais que particularizam o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade. Essas tendências não se configuram como homogêneas e são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque, a compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento das relações sociais. Desvendar esse processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social.

Essa interlocução constitui, por definição, a produção do conhecimento, assim como a formação do docente e do pesquisador e das experiências de pesquisa individual e coletivas;

b. A relação entre conhecimento e hegemonia — O contexto das atuais, profundas e dramáticas redefinições da ordem capitalista contemporânea, coloca para o Serviço Social uma extensa, nova e inquietante agenda de questões, que exigem a construção de um conhecimento comprometido com “as demandas específicas colocadas à profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento” (Bourguignon, 2008, p. 53). Portanto, estamos afirmando o privilégio de um conhecimento que tenha relação com a natureza interventiva da profissão e os desafios a ela colocados.

Isso porque, o poder social das práticas tem muito a ver com o conhecimento que as orienta. O conhecimento ratifica, legitima determinadas práticas e, obviamente, deslegitima outras. Trata-se da relação entre conhecimento e hegemonia ou do conhecimento hegemônico. Todavia, não há um só conhecimento e sim vários conhecimentos, o que torna necessário analisar as relações sociais do conhecimento, as teorias sociais em que se sustentam e seu entrelaçamento com a política. Nunca foram tão claras as relações entre conhecimento e política. Nesse sentido, estamos diante de uma enorme estrutura transnacional de poder e dominação, que ganha visibilidade com a mundialização neoliberal e seu ideário. Contexto em que é preciso dar uma especial atenção aos processos de conhecimento que fundamentam os interesses dominantes. Uma sociedade da comunicação, da informação das mídias globalizadas não existe sem conhecimentos que a legitimem. Sem universidades que formem seus quadros.

Se o conhecimento não é neutro, mas social, no sentido aqui referido, é preciso avançar em um conhecimento contra-hegemônico ou que pretenda ser contra-hegemônico. A *hegemonia* é a capacidade de dar a direção, pautar o debate, definir a agenda, logo a pesquisa e o conhecimento que dela advém, não são abstrações, desvinculadas das condições sociais em que se constroem;

c. *A relação conhecimento/Universidade/Pós-graduação* — À Universidade cabe importante papel de formadora, permitindo acesso ao mundo da profissionalidade, da cultura, bom como o avanço das fronteiras do conhecimento, da extensão, ao aprendizado, enfim. Especialmente a pós-graduação, com seus grupos de pesquisa, suas revistas, a produção de dissertações e teses tem sido um *locus* privilegiado de pesquisa e formação profissional. Mas, como sabemos, a universidade hoje expressa a triste conjuntura de mercantilização da educação que vivemos. Um olhar para as mudanças do contexto universitário ditadas pela lógica do mercado coloca em evidência que o sistema educacional brasileiro vem passando por graves e profundas alterações, que objetivam um reordenamento do campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais da esfera econômica. Portanto, temos a enfrentar um extenso conjunto de questões como a perspectiva privatizante, a redução do financiamento da educação em geral, educação à distância, mestrados profissionalizantes dentre outras questões. A dimensão mercadológica passa a ser, então, um novo padrão acadêmico — padrão que não vem do Estado, mas do Mercado —; os currículos flexibilizam-se e tendem a encolher. Mudanças substantivas redesenham o mapa institucional do ensino superior caracterizado pelo crescimento de instituições privadas, que colocam suas ações no mercado e não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão.

Considerações finais

A partir dessas referências, ao colocar em debate a produção de conhecimento em Serviço Social com suas particularidades e dilemas, especialmente quando a dimensão

desse processo é a internacionalização, cabe, em primeiro lugar, reafirmar a internacionalização como um processo político, pleno de contradições e disputas, decorrentes do *lôcus* do intercâmbio, e de suas relações com a “economia global do conhecimento”, processo com tendências globalizantes e imperialistas. Porém, trata-se de um processo complexo, que contém a possibilidade do contraditório e da mudança. Estamos pois, diante de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução de conhecimentos que reiteram a dominação, cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Assim, reafirmo que não há espaços de trabalho profissional e de produção de conhecimentos, sem contradição; não há como o Serviço Social deixar de participar desses processos, cuja direção está sempre em disputa. Podemos até não ter muita clareza dessa disputa, mas fazemos parte dela em qualquer contexto. Em virtude disso, é necessário buscá-la e explicitá-la, caso contrário, dependendo das circunstâncias, caímos em um enorme imobilismo e perdemos a direção social que impulsiona o projeto ético-político desta profissão.

Como afirmamos, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento, dada a centralidade que a pesquisa neles assume. Além disso, o conhecimento que vem sendo produzido enfoca temas centrais para a sociedade brasileira, como as particularidades da questão social em nosso país, com suas conexões com as dimensões de classe, de gênero e também étnico-raciais, do trabalho e sua nova morfologia, das mudanças nas Políticas Sociais em interlocução com o capitalismo financeiro plataformizado e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social.

Esses são temas de interesse tanto nacional quanto internacional. Entretanto, o enfoque crítico adotado por autores brasileiros se diferencia do trato dado pela literatura internacional da área – marcado por uma análise baseada em teoria social de viés conservador. Ou seja, as publicações internacionais são parte de uma estratégia de disputa em torno de uma concepção de profissão radicalmente vinculada à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Contribuições: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BOURGUIGNON, J. A. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. São Paulo, Veras ed. e Ponta Grossa, Ed. da UEPG, 2008.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ministério da Educação. *Documento de Área*. Área 32: Serviço Social, 2019.

FILGUEIRAS, L.; OLIVEIRA, E. M. A economia política do conhecimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 2(69), p. 359-383, maio/ago. 2020.

GARCIA, M. L.; FERREIRA, E. Internacionalização dos Programas Para quem? Para que? E Como? *Argumentum Debate*, Vitória, v.15, n. 2, maio/ago., 2023.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum Debate*, Vitória, v.15, n. 2, maio/ago., 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2011 (33ª edição).

IAMAMOTO, M.V.; RAICHELIS, R.; A articulação latino americana em Serviço Social: raízes e atualidade. In IAMAMOTO, M.V.; SANTOS, C.M. *A História pelo Averso: A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções Internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.). *A História pelo avesso*. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de Indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. de.; RIZEK, C. (orgs.). *A era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

YAZBEK, M. C. Fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social. In: CFESS.

Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais. Curso de Especialização à Distância CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. (orgs.). *Serviço Social, Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social — TICs e pandemia*. São Paulo: EDUC, 2022.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: MOLINA, P. V.; SOUZA E. Â. de; OLIVEIRA, M. L. (orgs.) *Capitalismo e Trabalho em tempos de Indústria 4.0: Consequências sociais, econômicas e políticas*. Campinas: Papel Social, 2024.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.) *Serviço Social na História*. América latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.